

INTERIORIZAÇÃO

CAMAÇARI



São constantes os casos de violências físicas e verbais sofridas pela categoria, envolvendo ameaças e até arma de fogo

Quatro meses de greve por saúde de qualidade

Quatro meses de greve dos médicos de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador, chegam ao fim, com a esperança de que os índices de violência e insegurança de trabalho nas unidades também se encerrem.

Essa foi uma das principais reivindicações dos aproximadamente 150 profissionais atuantes da paralisação. A greve teve início no dia 30 de março e foi levada adiante até o dia 16 de agosto, quando foi definido, com o Ministério Público do Trabalho, a criação de uma comissão permanente integrada por representantes da administração municipal, do Sindimed e dos médicos de Camaçari, com o objetivo de discutir, encaminhar e acompanhar trâmites relacionados às condições de trabalho e ao plano de cargos e salários. A primeira atividade da comissão aconteceu dia 25 de agosto, às 10h, na Secretaria de Saúde.

Durante o período de mobilizações, os médicos promoveram Feiras de Saúde, onde puderam dialogar com a população, apresentando suas pautas de luta e reivindicações, principalmente em relação à segurança. Além disso, os profissionais deram suporte de atendimento e receitas de remédios de uso constante. Durante a greve, o prefeito Ademar Delgado apelou para retaliações, dentre elas a demissão da única reumatologista que atendia na cidade.

CANDEIAS

Prefeito afastado por fraude

Acusado pelo Ministério Público Federal (MPF-BA) pelos crimes de falsidade ideológica e fraude licitatória, o prefeito de Candéias, Sargento Francisco (PSD), foi afastado por 180 dias do cargo, juntamente com a secretária de Saúde, Lindinalva Freitas. Respondem, ainda, ao processo o ex-secretário da Saúde, Manoel Eduardo Andrade, e o empresário Nicolau Júnior.

De acordo com o MPF, houve dispensa indevida de licitação ao contratarem o Instituto Médico e Cardiológico da Bahia (IMCBA) para administrar o Hospital Municipal José Mário dos Santos, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Posto de Saúde Luiz Viana Filho.

A ação faz parte da Operação Copérnico, que vem desbaratando casos de corrupção e lavagem de dinheiro, maquiados pela terceirização, ao investigar o desvio de recursos transferidos da União às prefeituras.

O Sindimed, que tem levantado a bandeira contra as relações promíscuas entre políticos e empresas que atuam como terceirizadas, já se colocou à disposição da Justiça para auxiliar no processo.

O presidente Francisco Magalhães esteve em Candéias, em agosto, quando conversou com o juiz da 12ª Vara Federal, Ávio Mozar José de Novaes, sobre denúncias de irregularidades no contrato do Centro Médico Aracaju, responsável pela administração do Hospital Municipal Ouro Negro, também em Candéias.



Fraudes refletidas na defasagem do serviço de Saúde

AMÉLIA RODRIGUES

Demissão arbitrária

Após denunciar situação precária de instalações, sobrecarga de funções e reivindicar melhores condições de trabalho, o emergencista concursado, Everton dos Santos, foi demitido do Hospital Pedro Américo Brito, em Amélia Rodrigues-BA.

De imediato, o Sindimed entrou com Mandado de Segurança, mas o juiz retardou a apreciação do processo. Segundo a advogada do Sindicato, Cláudia Bezerra, “apesar das diversas provas, não deferiu a liminar e está aguardando manifestação do Ministério Público Federal (MPF), causando sérios danos ao médico e à sociedade”.

Everton foi submetido a grave assédio moral. Chegou a ser impedido de entrar em uma das reuniões convocadas pelo Sindimed no hospital. O presidente do sindicato, Francisco Magalhães, defendeu o profissional, destacando que, no seu exercício profissional ele se valer do Código de Ética para denunciar as condições precárias de trabalho.

O Dr. Everton afirma, ainda, que conta com o apoio da população e de muita gente que está contra a atual gestão. “Chegamos a estabelecer uma linha de diálogo, através das coordenações médica e de enfermagem, com as entidades municipais, mas o arbítrio prevaleceu”, desabafa o médico.

A portaria do afastamento e as fotos que denunciam o péssimo estado do hospital. Além disso, faltam vacinas, medicamentos, equipamentos e infraestrutura para atendimento



JUAZEIRO



Francisco Magalhães acompanhou de perto a mobilização dos médicos do Hospital Regional de Juazeiro

Tomógrafo ainda não chegou ao Hospital Regional

Governo continua descumprindo ação civil pública que determina o repasse de R\$ 600mil da verba de publicidade para a compra de tomógrafo para Hospital Regional de Juazeiro. Segundo o clínico e delegado do Sindimed na região, Carlos Tanuri Júnior, o hospital continua sem o tomógrafo, como também sem medicamentos básicos. A ação foi proposta pela promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues de Souza, em junho. Há quatro anos, a categoria cria estratégias no dia-a-dia para driblar a falta de medicamentos e sucateamento dos equipamentos e prestar o melhor atendimento possível à população, dentro destas condições. Além das péssimas condições de trabalho, há histórico recorrente de atrasos salariais (março, abril, maio e junho).

Diante deste quadro, os médicos estiveram em greve em abril e ameaçaram nova paralisação em junho, quando, sob pressão, a empresa que gerencia o hospital, Associação Proteção à Maternidade e Infância Castro Alves (APMI-CA), emitiu um comunicado informando que a Secretaria havia formulado a proposta de reestruturação do hospital.

De acordo com o delegado, “o salário de setembro foi pago com atraso e nova licitação para definição de gestão do hospital está sendo feita”.

TEIXEIRA DE FREITAS

www.topatadonews.com.br



Salários em atraso outra vez

A categoria médica do Hospital Regional de Teixeira de Freitas está novamente com salários atrasados. Depois de terem passado pelo transtorno de três meses com o mesmo problema (março, abril e maio), os profissionais têm compromisso contratual, mais uma vez, negligenciado pela empresa Provida. De acordo com Fernando Correlo, diretor que representa o Sindimed na região, “os pagamentos estão, exceto casos pontuais, atualizados apenas até julho”.

A terceirização já se tornou uma ameaça que atormenta todo o sistema de Saúde: os médicos, como também a população que tem seu serviço comprometido. O caso do Hospital Regional é ainda mais grave por tratar-se de uma “quarteirização”, sendo pertencente ao Estado, terceirizado pela prefeitura, e “quarteirizado” para a empresa Provida.

Este é um exemplo absurdo da situação de mercantilização da Saúde, mas não o extremo. É ainda mais calamitante a informação de que a gestão contratada é de origem desconhecida e propôs a “quinteirização” do serviço, segundo o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães.

ITAPETINGA

Fundação José Silveira descumpre acordo com MP

Médicos do Hospital Cristo Redentor, em Itapetinga, vão mover ações individuais na Justiça do Trabalho contra a Fundação José Silveira (FJS). O acordo firmado perante o Ministério Público foi descumprido e os profissionais continuam sem os salários de maio a dezembro de 2014 (e alguns de 2015 e 2016). “Enfrentamos uma situação bastante constrangedora”, desabafa o representante do corpo clínico do Hospital Cristo Redentor, Dr. Silvio Cleber Macedo.

O acordo, firmado em março, refreou a paralisação que já estava anunciada. O corpo clínico decidiu continuar atendendo também em respeito à população. Além disso, pensando na melhor forma de resolver a situação, aceitaram uma redução salarial, com a contrapartida de que a Fundação pagasse os muitos salários em atraso. Os salários sofreram uma redução de 20%, em fevereiro, mas a contrapartida não foi cumprida e os profissionais, até hoje, não receberam o dinheiro.

Posteriormente, a Fundação chegou a propor, vergonhosamente, que o repasse dos salários fosse feito em parcelas durante 18 meses, aleatoriamente, através de uma planilha que nem sequer estava assinada. Naturalmente, diante do histórico da José Silveira, isso não foi aceito. A Fundação está desrespeitando profissionais e pacientes.



Corpo clínico do Hospital Cristo Redentor segue firme e decide entrar com ação na Justiça